



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682487 - SP (2021/0233106-2)

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : MARCOS CESAR MARQUES  
**ADVOGADO** : MARCOS CESAR MARQUES - SP410518  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : WERISSIMO CARLOS RIBEIRO PINTO  
**PACIENTE** : CRISTIANO DA COSTA FRANÇA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CRISTIANO DA COSTA FRANÇA e WERÍSSIMO CARLOS RIBEIRO PINTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1501565-92.2017.8.26.0562).

Os pacientes foram condenados às penas de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso no delito do art. 129, §1º, II, do Código Penal.

O impetrante sustenta que os apelantes, em razões de recurso, requereram a absolvição, por negativa de autoria do delito que lhes foi imputado, alegando que as provas produzidas nos autos, por serem frágeis, não podem embasar uma decisão condenatória. Insurgiram-se contra as versões apresentadas pelas vítimas e testemunhas, afirmando que são conflitantes e divergentes e, ainda, contrário aos reconhecimentos realizados. Opuseram-se ao parecer da perícia, aduzindo não ter sido demonstrado perigo de vida.

Requer a concessão da liminar pleiteada determinando a suspensão do trânsito em julgado até a decisão da presente ação mandamental. Diante da flagrante ilegalidade, conceda a ordem para reconhecer a ausência de fundamento idôneo na majoração da pena-base, aplicando a fração de 1/6, reformando, assim, a decisão vergastada. Seja determinada a suspensão da pena, com base no art. 77 do CP, ou ainda, assim não entendendo, seja fixado regime aberto como inicial de cumprimento de pena. Por último, caso entenda que o remédio heroico é substitutivo de outro recurso, seja a ordem concedida de ofício, ante a demonstração da coação ilegal que sofre o paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência